

Maquiavel e as Relações Internacionais em O príncipe

Rafael Salatini

Como citar: SALATINI, R. Maquiavel e as Relações Internacionais em O príncipe. *In:* PASSOS, R. D. F.; VIEIRA, N. R.; SIMONETTI, M. C. L. (org.). **Relações internacionais contemporâneas:** novos protagonistas e novas conjunturas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 15-36.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-557-5.p15-36>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 1

MAQUIAVEL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS EM *O PRÍNCIPE*¹

Rafael Salatini

Embora Maquiavel não tenha escrito nenhuma obra específica a respeito das relações internacionais, o tema se encontra vividamente presente desde seus pequenos escritos (sobretudo envolvendo as atividades diplomáticas desenvolvidas entre 1498 e 1512 para o governo republicano de Florença), incluindo seu rico epistolário (que possui centenas de cartas, divididas entre cartas ao governo de Florença, cartas aos amigos e cartas aos familiares), até suas grandes obras como *O príncipe* (escrito em 1513 e publicado em 1532), os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (escritos entre 1513 e 1517 e publicados em 1532), *A arte da guerra* (escrita entre 1519 e 1520 e publicada em 1521) e a *História de Florença* (escrita entre 1520 e 1525 e publicada em 1532). Numa das raras referências às relações internacionais no pensamento maquiaveliano, podemos citar uma nota presente nos *Cadernos do cárcere* gramscianos (escritos entre 1929-1935 e publicados entre 1948-1951), onde se diz rapidamente o seguinte:

¹ Este texto, aqui revisto, foi apresentado no “III EPOG – Encontro Nacional de Pós-Graduandos da FFLCH-USP”, entre os dias 17 e 19/11/2008, na cidade de São Paulo-SP; no “VIII Seminário dos Alunos de Pós-Graduação em Filosofia da UERJ”, entre os dias 24 e 28/11/2008, na cidade do Rio de Janeiro-RJ; e no “III Colóquio Nacional de Ética e Filosofia Política: Filosofia Política e Relações Internacionais”, na UFS, nos dias 06-08/11/2013, na cidade de São Cristóvão-SE. (Pesquisa financiada pela Fapesp em nível de doutoramento.)

Costuma-se considerar Maquiavel, de modo excessivo, como o ‘político em geral’, como o ‘cientista da política’, válido para todos os tempos: eis aqui, já, um erro de política. Maquiavel ligado a seu tempo: 1) lutas internas na república florentina; 2) lutas entre os Estados italianos por um equilíbrio recíproco; 3) lutas dos Estados italianos por um equilíbrio europeu (caderno 1, § 10).

Das três dimensões do pensamento político maquiaveliano delineadas pelo intérprete sardenho, percebe-se facilmente que somente a primeira, referente às “lutas internas na república florentina”, diz respeito exclusivamente à política interna, sendo a segunda, referente às “lutas entre os Estados italianos por um equilíbrio recíproco”, e a terceira, referente às “lutas dos Estados italianos por um equilíbrio europeu”, concernentes mais propriamente às relações internacionais, embora em dois círculos de raios diferentes, o segundo englobando o primeiro: um italiano, outro europeu.

Se analisarmos em conjunto as obras políticas de Maquiavel, podemos dizer que a dimensão interno-florentina se encontra desenvolvida principalmente no livro I dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (assim como nos livros I a IV da *História de Florença*, além de textos menores, como a carta escrita ao papa Leão X em 1519, intitulada “Discursus florentinarum rerum post mortem iunioris Laurentii Medices” [Discurso das coisas florentinas depois da morte do jovem Lorenzo de Médici]), enquanto as dimensões externo-italiana e externo-europeia – que configuram as relações internacionais contempladas por Maquiavel – se encontram desenvolvidas especialmente em *O príncipe* (e também nos livros V a VIII da *História de Florença*), embora, marginalmente, também em outras obras. Outro tema relacionado à política externa, exclusivamente antiga, a expansão do império romano, foi desenvolvido por Maquiavel no livro II dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (embora esteja presente igualmente em diversas passagens de *O príncipe*). Este texto é dedicado à análise, ainda que introdutória, do tema das relações internacionais em *O príncipe*, destacando especialmente os subtemas da paz e da guerra.

Muita tinta já se gastou na tentativa de encontrar a verdadeira chave explicativa do opúsculo escrito no exílio por Maquiavel, entendido ora como uma obra sobre a razão de Estado (Meinecke), ora como uma

obra sobre a distinção entre a moral e a política (Croce), ora como uma obra epistemológica sobre a política (Cassirer), ora como uma obra esotérica sobre as relações entre política e religião (Strauss), ora como uma obra sobre a moral política (Berlin), ora como um tratado sobre as formas de governo (Bobbio), ora como um exemplar dos tradicionais *specula principis* [manuais para príncipes] (Skinner), etc. Não pretendo oferecer uma nova explicação, até antes desconhecida e capaz de desmistificar seu significado particular dentro da história do pensamento político ocidental, mas apenas analisar, introdutoriamente, um tema ainda pouco explorado (as relações internacionais).

Considerando *O príncipe* como um tratado sobre as formas de governo, dedicado, como o próprio autor o define na famosíssima carta a Francesco Vettori de 10 de dezembro de 1513, ao estudo sobre “o que é principado, de que espécies são, como eles se conquistam, como se mantêm, por que eles se perdem”, é preciso levar em conta que esta tarefa possui duas dimensões, uma referente à relação do príncipe com seus súditos (política interna), e outra referente à relação do príncipe com outros príncipes ou repúblicas (política externa). A respeito da distinção entre política interna e externa, o próprio Maquiavel escreve o seguinte em *O Príncipe*:

Um príncipe deve ter dois receios: um interno, por conta de seus súditos, e outro externo, por conta dos potentados estrangeiros. Deste se defende com boas armas e bons amigos, e sempre que tiver boas armas terá também bons amigos. As coisas internas sempre continuarão firmes enquanto permanecerem firmes as coisas externas, salvo se já estiverem perturbadas por alguma conspiração (XIX).

Embora pouca atenção seja dada costumeiramente às relações internacionais no pensamento maquiaveliano, *O príncipe* não se trata exclusivamente de um tratado de política interna, mas simultaneamente de um tratado de política externa, à medida que o próprio autor sugere que o príncipe, se quiser conquistar e manter um Estado (ou, por outro lado, não perdê-lo), deve se preocupar com duas esferas de ação simultâneas, uma dimensão interna, “por conta de seus súditos”, e outra externa, “por conta dos potentados estrangeiros”. Assim como os pensadores romanos, que inspiravam em grande parte as ideias políticas de Maquiavel, dividiam a política romana em duas, o *imperium domi* [política interna], e o *impe-*

rium militae [política externa] (discutidos, respectivamente, como dito, o primeiro no livro I e o segundo no livro II dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*), Maquiavel também reconhece que a política dentro das fronteiras de um principado não se confunde, analiticamente, com a política para além de suas fronteiras.

Na primeira dimensão, interna, reina o príncipe sobre seus súditos, numa relação do tipo governante-governados, relação esta que pode ser pura, quando os governados são atomizados, cujo maior exemplo é a Turquia, “governada por um só senhor, sendo os demais seus servos” (IV), ou impura, quando governante e governados são separados por poderes intermediários, cujo principal exemplo é a França, onde o rei “está cercado de uma multidão de antigos senhores, reconhecidos e amados por seus súditos nesse estado, e detentores de preeminências que o rei não lhes pode tirar sem pôr-se em perigo” (IV). Por outro lado, concernentemente à sua relação com os demais Estados, o príncipe se encontra numa relação igualitária (ao menos formalmente), como uma autoridade entre outras igualmente constituídas, prevalecendo (para utilizar a expressão de Inocência III) o princípio *nullus recognoscens superiorem* [não se reconhece superior]. Dois temas recorrentes do pensamento político de todos os tempos: a política como uma relação vertical (descendente nos principados; ascendente nas repúblicas) e como uma relação horizontal.

Um príncipe que se dedicasse exclusivamente às questões internas acabaria por ter seu Estado conquistado por outra potência estrangeira, assim como um príncipe que se ocupasse apenas da política externa não tardaria a ser derrubado por forças internas ao seu próprio domínio, especialmente as conspirações (tema desenvolvido no capítulo XIX de *O príncipe* e no capítulo 6 do livro III dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*). É preciso observar, todavia, que Maquiavel ressalva a importância superior das questões externas, afirmando não apenas que “sempre que tiver boas armas terá também bons amigos” (superioridade das armas sobre as leis), mas igualmente que “as coisas internas sempre continuarão firmes enquanto permanecerem firmes as coisas externas” (superioridade da política externa sobre a interna).

Para Maquiavel, os meios de defesa nas relações internacionais são as “boas armas” e os “bons amigos” (a estratégia e a diplomacia; os sol-

dados e os diplomatas). O tema da estratégia Maquiavel pretendia conhecer muito bem, uma vez que havia sido escolhido em 1506 para organizar o recrutamento dos cidadãos florentinos para a composição de uma milícia na cidade, cuja estratégia, baseada no recrutamento exclusivo de cidadãos do campo, os quais deveriam ser substituídos anualmente, minimizando os perigos de um assalto armado ao poder por parte dos cidadãos urbanos, seria relatada num texto primário intitulado “Discurso da organização do Estado de Florença em armas”, escrito no mesmo ano, onde transparece grande parte da teoria estratégica que Maquiavel desenvolveria por toda sua vida. Ademais, é sabido que Maquiavel escreverá, quase uma década depois de *O príncipe*, um longo diálogo intitulado *A arte da guerra*, dedicado ao tema e que seguirá como sua única obra política publicada *in vitam* [em vida] e pela qual seria considerado o pai do pensamento estratégico moderno, além de compor “A vida de Castruccio Castracani de Luca” (escrito em 1520), texto no qual descreve a vida de um *condottiere* [comandante de exército] típico do período renascentista.

É preciso lembrar, contudo, que a milícia organizada por Maquiavel em Florença se mostrou um fracasso já na primeira vez em que foi empregada, assim como seu diálogo sobre a arte da guerra, inspirado no modelo romano antigo, enaltecia a infantaria, numa época em que crescia a importância da artilharia, impulsionada pela utilização da pólvora, motivo pelo qual é tradicionalmente considerada como uma obra teoricamente precária. Curiosamente, tanto na prática quanto na teoria, Maquiavel nunca fora considerado um grande estrategista.

Inversamente, como se sabe, Maquiavel fora um excepcional diplomata, tanto na teoria quanto na prática, tendo se destacado incrivelmente no posto de secretário da segunda chancelaria da república florentina, cargo que ocupou entre 1498, data do fim do governo teocrático de Savonarola, e 1512, data da derrubada do governo republicano do *gonfaloniere* [espécie de prefeito vitalício] Piero Soderini pela família Médici, apoiada pela monarquia Habsburgo da Espanha. Enquanto diplomata de Florença, Maquiavel se desincumbiu de missões junto às mais importantes figuras políticas europeias do período, desde *condottieri* [comandantes de exército], como o duque César Bórgia, filho do papa Alexandre VI, até soberanos de importantes Estados, como o rei Luiz XII da França e seus

ministros, o imperador Maximiliano I do Império Alemão, com quem se encontrou em Botzer, e o papa Julio II, além de muitos cardeais de Roma. Não obstante, justamente a derrocada deste cargo, que traria grandes disabores políticos e pessoais (especialmente financeiros) para Maquiavel, o faria dedicar-se à composição de seus mais importantes escritos políticos, abandonando, ainda que a contragosto, a vida política prática (salvo por missões menores delegadas no final da vida pela família Médici), para se dedicar à literatura cômica e política.

Antes de prosseguir no tema das relações internacionais, entretanto, é preciso esclarecer, minimamente, como Maquiavel entendia a política interna dos principados, cuja característica principal será igualmente aplicada à política externa. Num trecho emblemático de *O príncipe*, lembrando o trágico exemplo do frade Savonarola, Maquiavel afirma o seguinte:

Eis porque todos os profetas armados vencem, enquanto os desarmados se arruinam. Pois, além do que já foi dito, a natureza dos povos é variável; e, se é fácil persuadi-los de uma coisa, é difícil firmá-los nessa persuasão. Por isso, convém estar ordenado de modo que, quando já não acreditarem, seja possível fazê-los crer à força (VI).

Esse trecho, escolhido entre vários outros com igual conteúdo, demonstra cristalinamente o princípio básico preceituado por Maquiavel para a condução da política interna dos principados por parte do príncipe em relação a seus súditos: o uso da força. De resto, é bem conhecida, e historicamente relevante, a doutrina baseada na separação entre política (baseada no uso da força) e moral (contrária ao uso da força) que passou à história, para o bem ou para o mal, sob a alcunha de “maquiavelismo” e que serviu, especialmente no século seguinte, de fundamento para o desenvolvimento da doutrina moderna da razão de Estado. Para Maquiavel, um príncipe que estivesse disposto a governar “com rosários nas mãos” (como afirma Cosimo de Médici, fortemente elogiado por Maquiavel, no livro VII de *História de Florença*), não empregando a força, mas apenas os princípios da moral, não seria considerado senão um príncipe fraco (exemplo de Piero Soderini), que, se não seria odiado, também não seria temido, terminando por ser desprezado (como se afirma nos capítulos XV

a XXII de *O príncipe*), com risco de perder o Estado na primeira conspiração (exemplo de Savonarola).

Isso não quer dizer, contudo, que o príncipe possa utilizar a força indiscriminadamente, segundo sua própria vontade, com o que seria apenas odiado, conquistando o poder, mas não a glória (caso de Agátocles Siciliano e Liverotto da Fermo). Mas deve saber distinguir o bom emprego da crueldade, que são aquelas crueldades “que se fazem – como afirma – de uma só vez pela necessidade de assegurar-se e que depois não se insiste mais em fazer, mas rendem o máximo possível de utilidade para os súditos”, do seu mal emprego, que “são aquelas que, ainda que de início sejam poucas, crescem com o tempo em vez de se extinguirem” (VIII). Do que se conclui que Maquiavel não confundia principado com tirania (tema do capítulo 10 do livro I dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*).

Do ponto de vista das relações internacionais, Maquiavel preceituará o mesmo expediente aplicado à política interna: o uso da força em detrimento da moral (da crueldade em detrimento da piedade; das armas em detrimento das leis). Se considerarmos que, nas relações internacionais, o uso das armas se faz durante a guerra, enquanto o uso das leis se faz durante a paz, facilmente notaremos que, em *O príncipe*, a defesa do emprego da crueldade sobre os súditos, nas relações verticais, é desenvolvida *pari passu* com a defesa da preparação do príncipe para a guerra, nas relações horizontais, da mesma forma que se critica *pari passu* tanto o emprego da piedade, internamente, quanto a preparação para a paz, externamente. Inspirado na política externa do império romano, Maquiavel escreve o seguinte em *O príncipe*: “Por isso, os romanos, vendo à distância os inconvenientes, remediaram-nos sempre e nunca os deixaram desenvolver-se para evitar uma guerra, pois sabiam que as guerras não se evitam, mas se adiam em vantagem de outros” (III).

Segundo Maquiavel, a guerra é um fenômeno inevitável das relações internacionais, o que pode ser facilmente constatado, no trecho citado acima, quando se afirma que “as guerras não se evitam, mas se adiam em vantagem de outros”, ou, em outro trecho, no mesmo capítulo, que “nunca se deve deixar uma desordem progredir para evitar uma guerra, porque uma guerra não se evita, somente se posterga com desvantagem para si mesmo”. A inevitabilidade da guerra se deve justamente à anarquia

internacional, da qual Maquiavel possui plena consciência (embora não utilizasse esse termo para se referir às relações internacionais): como não existe hierarquia formal nas relações internacionais, qualquer desacordo entre dois príncipes (e o mesmo ocorrerá entre duas repúblicas) só pode ser solucionado mediante dois expedientes, ou a guerra ou a paz (ou a estratégia ou a diplomacia).

A estratégia predomina durante a guerra; a diplomacia, durante a paz. Não é custoso demonstrar que, com relação à primeira, Maquiavel desenvolve uma teoria positiva, segundo a qual *bellum est quaerenda* [a guerra deve ser buscada]; com relação à segunda, desenvolve uma teoria negativa, segundo a qual *pax est vitanda* [a paz deve ser evitada]. Ou, em seus próprios termos, para Maquiavel, a guerra é um mal que traz o bem, enquanto a paz é um bem que traz o mal, e, portanto, ao fim e ao cabo, para um príncipe, a guerra deve ser considerada simplesmente como um bem, enquanto a paz simplesmente como um mal. O belicismo maquiaveliano pode ser entrevisto no seguinte trecho, escolhido entre tantos outros, de *O príncipe*: “Portanto, um príncipe nunca deve afastar o pensamento do exercício da guerra e, durante a paz, deve exercitá-lo mais ainda do que durante a guerra” (XIV).

Conceber a guerra positivamente (como um bem) e a paz negativamente (como um mal) requer que o príncipe pense na guerra não somente durante a guerra, mas também durante a paz (e “mais ainda” durante a paz). Embora a paz seja um ideal antigo no pensamento político ocidental, remontando aos pensadores da antiguidade clássica, não se pode perder de vista que em muitas situações a guerra pode ser desejável e a paz, indesejável. Pensemos no clássico tema da guerra justa, mencionada de Aristóteles a Kant: quando a guerra é considerada justa (especialmente no caso da guerra de defesa), a paz só pode ser considerada injusta. Entretanto, contrariamente a essa tradição, Maquiavel não defenderá a guerra em termos de justiça ou injustiça – como farão, ainda em seu século, Francisco de Vitória em *Relectio de iuri belli* (1539) e Alberico Gentili em *De iuri belli* (1598) –, mas sim em termos de necessidade. Como as guerras são inevitáveis, consistindo, portanto, numa fatalidade das relações internacionais, um príncipe que se prepara para a guerra antes que para a paz poderá enfrentar de forma mais adequada as ocasiões que a fortuna lhe apresentar,

enquanto um príncipe que se prepara para a paz antes que para a guerra se arrisca a perder seu Estado para um príncipe de maior *virtù*.

Ao clássico tema idealista da justiça, baseada em juízos de valor e não em juízos de fato, Maquiavel oporá a consideração da *verità effettuale delle cose* [verdade efetiva das coisas], tanto interna quanto externamente. Externamente, para além da justiça e da injustiça, o príncipe pode, pela guerra, conquistar e manter seu Estado, enquanto, pela paz, pode apenas perdê-lo. Por isso, a primeira é um bem (ou um mal que traz o bem), e a segunda, um mal (ou um bem que traz o mal). Ademais, voltando, na política interna, ao tema do emprego da crueldade em comparação com a piedade, que corresponde, na política externa, à preparação para a guerra em comparação com a preparação para a paz, Maquiavel conclui que um príncipe preparado para a guerra pode alcançar a paz de forma mais significativa do que um príncipe que houvera sempre se preparado para a paz, pois, citando seu exemplo preferido, “César Bórgia era tido como cruel; no entanto, com sua crueldade restaurou a Romanha, reunificou-a e restituiu-lhe a paz e a fé, o que, bem considerado, evidenciará que ele foi muito mais piedoso do que o povo florentino, que, para escapar à fama de cruel, permitiu a destruição de Pistoia” (XVII). Como diziam os romanos: *Si vis pace, para bellum* [Se quer a paz, prepare-se para a guerra].

Do ponto de vista da paz (ou diplomático), Maquiavel descreve, em *O príncipe*, dois expedientes: a neutralidade e as alianças. A neutralidade pode ser descrita como a possibilidade de se manter em paz enquanto dois outros Estados travam guerra entre si, permitindo a um príncipe se desvencilhar de uma guerra extrínseca aos seus interesses. Com a neutralidade, o príncipe se resguardaria de ter de atacar um Estado contra o qual não possui nenhuma discórdia, assim como de ter de se defender de um Estado que não possui nenhuma discórdia com ele. Contudo, Maquiavel não vê com bons olhos esse expediente. Leia-se este interessante trecho de *O príncipe*:

Um príncipe também é estimado quando é verdadeiro amigo e verdadeiro inimigo, isto é, quando, sem temor algum, declara-se a favor de um e contra outro. Essa decisão é sempre mais útil do que se manter neutro, porque, se dois poderosos vizinhos teus entrarem em guerra, serão de tal natureza que, se um deles vencer, ou tens de temer o vencedor, ou não. Em qualquer dessas alternativas, será sempre mais útil

declarar-se e guerra aberta, porque, no primeiro caso, se não te declaras, serás sempre presa de quem vencer, para satisfação de quem for vencido, e nada haverá que te defenda nem ninguém que te proteja, pois o vencedor não vai querer amigos suspeitos que não o ajudaram na adversidade, ao passo que o perdedor não te protegerá porque não quiseste, com as armas em punho, partilhar de sua fortuna (XXI).

Os benefícios da neutralidade, argumenta Maquiavel, são meramente aparentes, ou seja, são benefícios de curto prazo que não levam suficientemente em consideração as questões do longo prazo. O príncipe que se seduz pelos benefícios da neutralidade não possui a *virtù* necessária para avaliar os malefícios que a fortuna pode trazer com o tempo. Em primeiro lugar, o príncipe que se mantém neutro, não apoiando nenhum de dois lados em guerra, angaria para si o desprezo por parte de ambos os lados, e, logo, “serás sempre presa de quem vencer, para satisfação de quem for vencido”. Não se mostrando amigo de nenhuma das duas partes, o príncipe não conseguirá posteriormente nem o apoio do vencedor nem o apoio do perdedor, passando a ser mal visto tanto pelo primeiro, pois “o vencedor não vai querer amigos suspeitos que não o ajudaram na adversidade”, quanto pelo segundo, pois “o perdedor não te protegerá porque não quiseste, com as armas em punho, partilhar de sua fortuna”. Em outras palavras, utilizando-se da neutralidade no curto prazo, o príncipe conseguirá unicamente angariar dois tipos de inimigos para o longo prazo: um inimigo sincero (o vencedor) e outro desconfiado (o vencido). Em segundo lugar, Maquiavel adverte, no mesmo capítulo, que “os que não são teus amigos sempre te pedirão neutralidade, enquanto teus amigos te pedirão para te declarares de armas em punho”, por considerar característica da amizade a solidariedade.

Mantendo a neutralidade, o que é típico dos “príncipes irresolutos”, que “quase sempre se arruínam”, o príncipe incorre nos perigos acima citados. Porém, escolhendo um dos lados para apoiar, o príncipe possui apenas duas posições da fortuna para aguardar. Ou o lado que apoiara sai vencedor e, “ainda que seja poderoso e fiques à sua discrição, ele terá contraído obrigações e laços de amizade para contigo”, ou o lado que apoiara sai perdedor e “ele te protegerá e te ajudará sempre que puder e se tornará teu companheiro numa fortuna que poderá ressurgir”. Se do lado vence-

dor, diz-se que “as vitórias nunca são tão completas que o vencedor se julgue dispensado de qualquer consideração e sobretudo de qualquer justiça”, pode-se igualmente dizer, opostamente, do lado perdedor, que também as derrotas não são tão completas que o perdedor não possa futuramente oferecer seu apoio a quem antes o apoiara. Em ambas as situações, tomada uma posição resoluto, o príncipe angaria um amigo: na melhor hipótese, um amigo confiável (o vencedor); na pior, um amigo sincero (o perdedor).

Continuando, em terceiro lugar, Maquiavel lembra, engenhosamente, que, se ambos os lados em disputa forem atemorizadores, fará bem o príncipe em, apoiando qualquer um deles, conseguir ao mesmo tempo tornar-se amigo de um e livrar-se do outro, “contribuindo para a ruína de um”, pois o próprio fato de o príncipe auxiliar um dos lados, em sendo ambos igualmente potentes, contribui para, com seu apoio, ser o seu o lado vencedor, sendo “impossível que, com tua ajuda, ele não vença”. Bem analisado, segundo Maquiavel, são inúmeras as vantagens que o príncipe obtém em preferir a parcialidade à neutralidade (isto é, a guerra à paz).

Mas esse terceiro argumento nos leva ao segundo expediente citado por Maquiavel concernentemente ao tema da paz: as alianças. Enquanto a neutralidade consiste numa posição pura, a aliança pode ser descrita como uma posição intermediária, ou seja, consiste na possibilidade de estar em paz em relação a um Estado mesmo enquanto se trava a guerra com um terceiro Estado. Fazendo alianças, o príncipe pode se resguardar tanto de ter de atacar um Estado contra o qual não possui nenhuma desavença quanto de ter de se defender de um Estado que não possui nenhuma desavença com ele, enquanto ataca ou se defende de seus verdadeiros inimigos. Em outras palavras, as alianças permitem a um príncipe se desvencilhar de uma guerra que não lhe interessa enquanto se concentra em outra na qual se encontram seus verdadeiros interesses. Todavia, também esse expediente merece comentários específicos. Em *O príncipe* se afirma o seguinte:

Note-se que um príncipe deve estar atento para jamais fazer aliança com alguém mais poderoso do que ele, visando a ofender outrem, exceto quando premido pela necessidade, como dito acima, pois, se ele vencer, o príncipe estará preso a ele, e príncipes devem evitar ao máximo estar à discrição de outros (XXI).

Segundo Maquiavel, a aliança requer do príncipe uma séria preocupação: se o príncipe ao qual se alia é “mais poderoso do que ele” ou não. Em caso afirmativo, a aliança deve ser evitada, com risco de a vitória colocar o príncipe em dependência de outrem, ou seja, na dependência de seu aliado. Em caso negativo, ocorre o inverso, a vitória coloca o aliado em sua dependência. No primeiro caso, o príncipe diminui seu poder (e a vitória, mesmo sendo um bem, traz uma mal); no segundo, aumenta seu poder (e a vitória traz um bem). Todavia, mais à frente, Maquiavel adverte que “não se acredite que estado algum possa sempre tomar decisões seguras”, sendo que “a prudência consiste em saber reconhecer as qualidades dos inconvenientes e em tomar o menos mau como bom” (XXI), pois há casos em que a aliança pode gerar desvantagens, embora seja inevitável, ou seja, sem ela o príncipe não conquistaria uma vitória, mas uma derrota, e deve-se escolher sempre dos males o menor (tema da prudência). Em outras palavras, uma vitória que coloque o Estado na dependência de outro príncipe é um mal menor que uma derrota que faça perder o Estado de vez. Enquanto, no primeiro caso, o príncipe perde seu poder, mas mantém o Estado; no segundo, perde o próprio Estado.

O tema das alianças (ao qual Maquiavel retornará no capítulo 11 do livro II dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*) é um tema bastante extenso no pensamento político maquiaveliano sobre as relações internacionais. Em contraste com a neutralidade, que raramente pode representar um sinal de *virtù*, as alianças assumidas por um príncipe concernentemente a seu Estado podem ser consideradas a grande prova de que um príncipe dispõe ou não da prudência necessária, em termos internacionais, para governar o Estado. Se a neutralidade é certamente um bem que traz o mal, as alianças são ora um mal que traz um bem ora um bem que traz o mal, capazes, por conseguinte, de acarretar para o príncipe tanto a glória quanto a ruína. Trata-se, assim, de uma questão de complexidade maior que a primeira, e, portanto, uma situação maior para o príncipe aferir sua *virtù* (ou, caso não a possua, sua fortuna). No caso da neutralidade, facilmente se identifica um príncipe sem *virtù* (aquele que está sempre preparado para a paz), ao passo que, no caso das alianças, o príncipe demonstrará *virtù* quando perpetrar as alianças certas (do que dependerá

estar sempre preparado para a guerra) e falta de *virtù* quando perpetrar as alianças erradas.

Em ambos os casos, da neutralidade e das alianças, percebe-se que a paz pode representar um terreno desmedido de armadilhas para um príncipe, e, assim, Maquiavel não pode deixar de concluir que, em sendo a guerra inevitável (e, portanto, nela acabam recaindo tantos os príncipes preparados para a guerra quanto aqueles preparados para a paz), melhor faz um príncipe que se prepara para a guerra. Um príncipe que se prepara para guerra mantém firme seu Estado tanto em tempo de paz (quando nenhum Estado corre perigo) quanto em tempo de guerra (quando se encontram em desvantagem os príncipes despreparados para esta), ao passo que um príncipe que se prepara exclusivamente para a paz arrisca sempre perder seu Estado, senão em tempo de paz (quando a distinção entre amigos e inimigos é irrelevante), sobretudo em tempo de guerra.

Sob o ponto de vista da guerra (ou estratégico), o pensamento político maquiaveliano oferece aquela que talvez seja, ao lado de Bacon, a maior apologia renascentista da guerra, a qual encontrará a oposição exata apenas no irenismo erasmiano (mais que o pacifismo religioso – *pax fidei* – de Nicolau ou o pacifismo filosófico – *pax philosophica* – de Pico). Isso porque, para Maquiavel, a guerra é a principal instituição das relações internacionais, não somente porque consiste (repito) num fato inevitável, para além do bem e do mal, mas principalmente porque a guerra é o mais glorioso campo para a ação do príncipe: se, durante a paz, qualquer príncipe, capaz ou incapaz, pode manter seu Estado, é notadamente na guerra que um príncipe pode demonstrar se possui *virtù* ou se depende exclusivamente da fortuna. Pois, durante a guerra, apenas os príncipes capazes conseguem manter seus Estados, enquanto os incapazes, não. E não apenas conseguem os príncipes capazes manter seus Estados pela guerra como, mais que isso, aqueles indivíduos capazes que ainda não são príncipes podem, por intermédio da guerra, vir a se tornar príncipes, tomando o lugar dos incapazes. A guerra, afirma Maquiavel, “é de tanta *virtù* que não só mantém aqueles que já nasceram príncipes, como também muitas vezes permite que homens de privada fortuna ascendam a esse grau”, enquanto “vê-se que, quando os príncipes pensam mais em refinamento do que nas

armas, perdem seu estado” (XIV), devendo o príncipe estar sempre preparado para a guerra.

Mas o que significa estar preparado para a guerra? Um trecho de *O príncipe* (escolhido novamente entre tantos outros) não deixa dúvidas:

Dissemos acima como é necessário a um príncipe ter bons fundamentos; caso contrário, necessariamente se arruinará. Os principais fundamentos de todos os estados, tanto dos novos como dos velhos ou dos mistos, são boas leis e as boas armas. Como não se podem ter boas leis onde não há boas armas, e onde há boas armas costumam ser boas as leis, deixarei de refletir sobre as leis e falarei das armas (XII).

Maquiavel é claro: os fundamentos de todos os Estados (principados e repúblicas) são as “boas leis” e as “boas armas”. Todavia, como dito, impõe-se a preponderância das armas em relação às leis, assim como se havia dito da preponderância do emprego da crueldade, e da preparação para a guerra, em relação à piedade, e a preparação para a paz, tanto que se diz, categoricamente, que “deixarei de refletir sobre as leis e falarei das armas”. Em *O príncipe*, Maquiavel apregoa a distinção de quatro tipos de armas (tema ao qual dedica os capítulos XII a XIV, assim como será repetido em praticamente todas as suas outras *grandi opere* [grandes obras]): a) as mercenárias (comparadas, na mesma época, por Erasmo e More a ladrões), das quais Maquiavel afirma que “aquele cujo estado se apoia nas armas mercenárias jamais estará firme e seguro, porque elas são desunidas, ambiciosas, indisciplinadas, infiéis, valentes entre amigos e covardes entre inimigos, sem temor a Deus nem fé para com os homens” (XII); b) as auxiliares, das quais escreve que “as armas auxiliares, outras armas inúteis, são as que se apresentam quando chamas um poderoso que com suas armas venha para te auxiliar e defender” (XIII); c) as mistas, das quais escreve que, “em conjunto, essas armas são muito melhores do que as exclusivamente auxiliares ou exclusivamente mercenárias, mas muito inferiores às próprias” (XIII); e d) as próprias (das quais dispunham César Bórgia e os suíços), sobre as quais conclui “que, sem ter armas próprias, nenhum principado estará seguro; aliás, estará inteiramente obrigado à fortuna, não havendo *virtù* que confiavelmente o defenda nas adversidades” (XIII).

A irredutível indisposição de Maquiavel pelas armas que não são próprias está diretamente relacionada, em parte, com o seu patriotismo, “visto que a ruína atual da Itália não tem outra razão senão estar há muitos anos apoiada em armas mercenárias” (XII). Entretanto, para além do patriotismo, há também um fundamento teórico importante referente à escolha pelas armas próprias: enquanto as armas mercenárias, auxiliares (as quais por vezes são descritas mesmo como sendo piores que as armas mercenárias) e mistas representam aquilo que, nos capítulos iniciais de *O príncipe*, Maquiavel chamara, indiferenciadamente, de “armas alheias”, as quais tornam o príncipe refém da fortuna, apenas as armas próprias podem representar a *virtù* do príncipe. Pois, enquanto, com estas, há maior dificuldade na conquista, mas maior facilidade na manutenção do Estado (tema do capítulo VI), inversamente, “aqueles que, somente pela fortuna, de homens privados tornam-se príncipes fazem-no com pouco esforço, mas com muito esforço se mantêm” (VII). Em resumo, uma vitória conquistada com armas mercenárias é improvável, dada a falta de interesse que essas tropas possuem em relação à vitória do príncipe, enquanto uma vitória com os demais tipos de armas alheias (auxiliares ou mistas) representará sempre mais uma vitória do Estado que emprestou as tropas do que do príncipe que com elas venceu; apenas as armas próprias podem trazer uma vitória verdadeira.

Ainda com relação ao tema das relações internacionais, a última parte de *O príncipe*, composta pela unidade existente entre os capítulos XXIV a XXVI, que tratam da necessidade de unificação da Itália (*foederatio italica* [federação italiana]), apresenta a situação política da Itália renascentista, que se encontrava reduzida – como escreve Maquiavel (numa passagem que influenciaria, futuramente, o jovem Hegel) – “ao ponto em que hoje se encontra e fosse mais escrava que os hebreus, mais serva que os persas, mais dispersa que os atenienses, sem chefe, sem ordem, derrotada, espoliada, dilacerada, devastada, e tivesse suportado todo tipo de ruína” (XXVI). A grandiosidade que a Itália conhecera durante o império romano (lembrada vividamente nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*) havia desaparecido com a fragmentação política medieval, que permaneceria grandemente inalterada durante todo o período renascentista e, com a formação dos Estados territoriais no continente europeu, especialmente

Espanha e França, tornar-se-ia o principal problema político dos pequenos Estados italianos, que permaneceriam por muito tempo divididos. Maquiavel utiliza (no capítulo XXVI) o termo pejorativo βάρβαρος [bárbaros] para se referir aos exércitos estrangeiros (especialmente os franceses, ao norte, e espanhóis, ao sul) que se encontravam dentro do território italiano, trazidos muitas vezes pelos próprios príncipes italianos (como milícias mercenárias, auxiliares ou mistas), e que representavam, na prática, os interesses de suas respectivas potências.

Perguntando-se, enfim, “se hoje na Itália os tempos que correm são propícios para honrar um novo príncipe, isto é, se existe matéria que dê ocasião para que um homem prudente e virtuoso lhe dê forma” (XXVI), Maquiavel enxergara nos Médici, (família de banqueiros florentina que subira ao poder em Florença em 1512 e conseguira, com a eleição do papa Leão X [Giovanni de Médici], em 1513, a façanha de governar simultaneamente os dois Estados centrais da Itália: Florença e Roma) entre todas as famílias que disputavam o poder nos diversos pequenos estados italianos – os Sforza e os Visconti (Milão), os Malatesta (Rimini), os D’Este (Ferrara), os Aragão (Nápoles), os Bórgia (Roma e Romanha), os Gonzaga (Mântua), os Montefeltro (Urbino), os Baglioni (Perugia), os Petruccia (Siena), os Bentivoglio (Bolonha), etc. –, a única família que possuía ao mesmo tempo a fortuna e a *virtù* necessárias para a unificação do território italiano. A grande infelicidade de Maquiavel foi não ter sido ouvido em sua época, como já se disse, nem pelos príncipes (incluídos os Médici) nem pela história. A península itálica, como se sabe, foi unificada apenas tardiamente, não no século XVI, mas somente no século XIX (período do *Risorgimento*), e não a partir do centro mercantil florentino, mas do norte industrializado piemontês, e, ainda, não pela família Médici, mas pela família Savóia. O maior equívoco de Maquiavel, nesse sentido, talvez tenha sido a sobrevalorização dos Médici, a quem a história demonstrou que sobrava fortuna, mas faltava *virtù*.

Os capítulos finais de *O príncipe* demonstram a importância desses eventos históricos para a completa compreensão do tema das relações internacionais no pensamento político maquiaveliano. Voltando às palavras gramscianas com as quais iniciei, e termino, este texto, podemos dizer que a questão da unificação italiana tal como apresentada no último

capítulo de *O príncipe* perpassa simultaneamente os três níveis políticos apontados pelo intérprete sardenho no pensamento político italiano, ou seja, os níveis interno-florentino, externo-italiano e externo-europeu, servindo como perfeita conexão entre o tema da política interna e da política externa, esta segunda composta pelos dois níveis que a complexa estrutura política internacional da Itália renascentista possuía.

REFERÊNCIAS PRIMÁRIAS

MAQUIAVEL, N. Carta de Maquiavel a Francesco Vettori. In: _____. *O príncipe*. Tradução Livio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 111-114. (Os Pensadores).

_____. A vida de Castruccio Castracani de Lucca. In: _____. *História de Florença*. Revisão Patrícia Fontoura Aranovich. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 559-595.

_____. Discurso sobre as coisas florentinas depois da morte de Lourenço Medici o jovem. Tradução Joel Cesar Bonin. Revisão José Luiz Ames. *Tempo da Ciência*, v. 15, n. 30, p. 9-20, 2008.

_____. *A arte da guerra*. Revisão Patricia Fontoura Aranovich. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 251 p.

_____. *Diálogo sobre nossa língua e discurso sobre as formas de governo de Florença*. Organização Helton Adverse. Tradução Helton Adverse e Gabriel Pancera. Belo Horizonte: UFMG, 2010. 101 p.

_____. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Revisão Patricia Fontoura Aranovich. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 471 p.

_____. *História de Florença*. Revisão Patricia Fontoura Aranovich. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 611 p.

_____. *O príncipe*. Tradução Maria Julia Goldwasser. Revisão da tradução Zelia Almeida Cardoso. Revisão técnica Patricia Fontoura Aranovich. Texto final Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2011. 197 p.

REFERÊNCIAS SECUNDÁRIAS

- ADVERSE, Helton. *Maquiavel – Política e retórica*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. 375 p.
- ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *História e política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso, 2007. 307 p.
- ARON, Raymond. Maquiavel e Marx. In: MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Tradução Maria Julia Goldwasser. Revisão da tradução Zélia Almeida Cardoso. Revisão técnica Patricia Fontoura Aranovich. Texto final Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2011. P. 133-158. [Também como: ARON, Raymond. Maquiavel e Marx. In: ARON, Raymond. *Estudos políticos*. Trad. Sergio Bath. Brasília: UnB, 1985. p. 97-112.]
- BACCELLI, Luca. Maquiavel, a tradição republicana e o Estado de direito. In: COSTA, Pietro & ZOLO, Danilo (orgs.). *O Estado de direito – História, teoria, crítica*. Tradução Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 511-554.
- BARINCOU, E. *Maquiavel por ele mesmo*. Tradução Alberto de Los Santos. Brasília: UnB, 1991. 172 p.
- BARON, Hans. Maquiavelo, el ciudadano republicano y autor de *El príncipe*. In: BARON, Hans. *En busca del humanismo cívico florentino – Ensayos sobre el cambio del pensamiento medieval al moderno*. Tradução Miguel Abelardo Camacho Ocampo. México: FCE, 1993, p. 333-374.
- BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991. (226 p.)
- BERLIN, I. A originalidade de Maquiavel. In: _____. *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios*. Edição de Henry Hardy e Roger Hausheer. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p. 299-348.
- BOBBIO, N. Maquiavel. In: _____. *A teoria das formas de governo*. Tradução Sergio Bath. Brasília: UnB, 1985. p. 83-94.
- _____. O maquiavelismo. In: _____. *Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant*. Tradução Alfredo Fait. Revisão Estevão Rezende Martins. Brasília: UnB, 1997. p. 13-15. [Também publicado como: _____. O maquiavelismo. In: _____. *Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant*. Tradução Alfredo Fait. São Paulo: Mandarim, 2000. p. 21-23.]
- BOVERO, M. Ética e política entre maquiavelismo e kantismo. Tradução Letizio Mariconda e Pablo Ruben Mariconda. *Lua Nova*, São Paulo: CEDEC, n. 25, p. 141-166, 1991.

- BURCKHARDT, J. *O Estado como obra de arte*. Tradução Sergio Tellaroli. São Paulo: Peguin: Cia. das Letras, 2012. 126 p.
- CHABOD, F. *Escritos sobre Maquiavelo*. Tradução Rodrigo Ruzo. México: FCE, 1994. 424 p.
- DE GRAZIA, S. *Maquiavel no inferno*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. 457 p.
- DUVERNOY, Jean-François. *Para conhecer o pensamento de Maquiavel*. Tradução Suely Bastos. Porto Alegre: L&PM, 1984. 324 p.
- ESCOREL, L. *Introdução ao pensamento político de Maquiavel*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2014. 283 p.
- FORTE, Juan Manuel & ÁLVAREZ, Pablo López (eds.). *Maquiavelo y España – Maquiavelismo y antimachiavelismo en la cultura española de los siglos XVI y XVII*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2008. 215 p.
- FREDERICO [II]. *O Anti-Maquiavel*. Trad. Carlos Eduardo de Soveral. Lisboa: Guimarães, [1955], pp. 139-288.
- GAILLE-NIKODIMOV, M. *Maquiavel*. Tradução Pedro Eloi Duarte. Lisboa: Eds. 70, 2008. 221 p.
- GAUTIER-VIGNAL, Louis. *Maquiavelo*. Trad. Juan José Utrilla. Mexico: FCE, 1993. 117 p.
- GILBERT, F. Maquiavel: o renascimento da arte da guerra. In: PARET, P. (Ed.). *Construtores da estratégia moderna: de Maquiavel à era nuclear*. Tomo 1. Tradução Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. p. 27-53.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere: literatura, folclore gramática*. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sergio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. V. 6.
- GRANADA, Miguel Angel. *Cosmologia, religion y politica en el Renacimiento – Ficino, Savonarola, Pomponazzi, Maquiavelo*. Barcelona: Anthropos, 1988. 271 p.
- HALE, J. R. Maquiavelo y el Estado autosuficiente. In: THOMSON, D. (Org.). *Ideas políticas*. Tradução J.M. Garcia de la Mora. Barcelona: Labor, 1973. p. 19-31.
- HALE, John R. *Maquiavel e a Itália da Renascença*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1963. 201 p.
- HASLAM, J. *A necessidade é a maior virtude: o pensamento realista nas relações internacionais desde Maquiavel*. Tradução Waldeia Barcellos. Revisão Percival Panzoldo Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 434 p.

HIBBERT, C. *Ascensão e queda da casa dos Médici: o Renascimento em Florença*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. 308 p.

HILB, Claudia. *Leo Strauss: El arte de leer – Una lectura de la interpretación strausiana de Maquiavelo, Hobbes Locke y Spinoza*. México: FCE, 2005. 356 p.

LARIVAILLE, P. *Itália no tempo de Maquiavel (Florença e Roma)*. Tradução Jonas Baptista Neto. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. 277 p.

LEFORT, C. A primeira figura de uma filosofia da *práxis*: uma interpretação de Antonio Gramsci. [*Le travail de l'œuvre: Machiavel*, 1972, capítulo III, 7.] Tradução Marilena Souza Chauí. In: QUIRINO, C. G.; SOUZA, M. T.R. (Org.). *O pensamento político clássico*: (Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau). São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. p. 05-25.

_____. Sobre a lógica da força. [*Le travail de l'œuvre – Machiavel*, 1972, capítulo IV, 2.] Tradução Marilena Souza Chauí. In: QUIRINO, C. G.; SOUZA, M. T.R. (Org.). *O pensamento político clássico (Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980, p. 27-47.

_____. Maquiavel e a *verità effettuale*. In: _____. *Desafios da escrita política*. Tradução Eliana de Melo Souza. São Paulo: Discurso, 1999. p. 141-177.

MANSFIELD Jr., Harvey C. *Maquiavelo y los principios de la política moderna – Un estudio de los discursos sobre Tito Livio*. Tradução Stella Mastrangelo. México: FCE, 1986. 540 p.

MASTERS, R. *Da Vinci e Maquiavel: um sonho renascentista: de como o curso de um rio mudaria o destino de Florença*. Tradução Maria Luiza X. de A Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. 261 p.

McCORMICK, John P. Democracia maquiaveliana: Controlando as elites com um populismo feroz. Tradução André Villalobos. Revisão Luis Felipe Miguel. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 12, p. 253-298, 2013.

MEINECKE, F. *La idea de la razón de Estado en la edad moderna*. Tradução Felipe González Vicen. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1983. 466 p.

MÉNISSIER, Thierry. *Vocabulário de Maquiavel*. Trad. Claudia Berliner. Revisão Patrícia Fontoura Aranovich. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. 69 p.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Nota sobre Maquiavel. In: _____. *Signos*. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 237-252.

MOUNIN, Georges. *Maquiavel*. Trad. Joaquim João Coelho da Rosa. Lisboa: Edições 70, 1984. 92 p.

- NAMER, Gerard. *Maquiavel – ou As origens da sociologia do conhecimento*. Tradução Armando Ribeiro Pinto. São Paulo: Cultrix, 1982. 98 p.
- PANCERA, Gabriel. *Maquiavel entre repúblicas*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. 165 p.
- PITKIN, Hannah. Gênero e política no pensamento de Maquiavel. Tradução Roberto Cataldo Costa. Revisão Flávia Biroli. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 12, p. 219-252, 2013.
- POCOCK, John G.A. *El momento maquiavelico – El pensamiento político florentino y la tradición republicana atlántica*. Tradução Marta Vasquez-Pimentel e Eloy Garcia. Madrid: Tecnos, 2002. 668 p.
- RIDOLFI, R. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. Tradução Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 2003. 478 p.
- SABATINI, R. *César Bórgia*. Tradução Frederico dos Reis Coutinho. Rio de Janeiro: Vecchi, 1946. 314 p.
- SALATINI, R. Notas sobre a maquiavelística brasileira (1931-2007). *Discurso: Revista do Departamento de Filosofia da USP*, n. 41, p. 329-359, 2011.
- SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. 724 p.
- _____. *Maquiavel*. Tradução Maria Lucia Montes. São Paulo: Brasiliense, 1988. 142 p.
- STRAUSS, L. Nicolau Maquiavel. In: _____. ; CROSEY, J. (Org.). *História da filosofia política*. Tradução H.G. Barbosa. Revisão M. B. Motta. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 267-284.
- _____. *Meditacion sobre Maquiavelo*. Tradução Carmela Gutierrez Gamba. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1964. 435 p.
- TENENTI, A. *Florença na época dos Médici: da cidade ao Estado*. Tradução V.H.A. Costa. São Paulo: Perspectiva, 1973. 142 p.
- VILLARI, P. *Maquiavelo, sua vida y su tiempo*. Tradução A. Ramos-Oliveira e J. Luelmo. México: Biografías Gandesa, 1953. 453 p.
- VIROLI, M. *O sorriso de Nicolau: história de Maquiavel*. Tradução Valeria Pereira da Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. 309 p.
- WERTHEIMER, O. *Maquiavel*. Tradução Herbert Caro. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942. 243 p.
- WHITE, M. *Maquiavel: um homem incompreendido*. Tradução Julián Fuks. Rio de Janeiro: Record, 2007. 360 p.

WOLIN, S. S. Maquiavelo: actividad política y economía de la violencia. In: _____ . *Política y perspectiva: continuidad y cambio en el pensamiento político occidental*. Tradução Ariel Bignami. Buenos Aires: Amorrortu, 1973. p. 210-256.